

RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA: A REVISTA *PINDORAMA* COMO FONTE HISTÓRICA

AMANDA SIQUEIRA DA SILVA*

RESUMO

Durante parte do século XX a História Política passa por um grande descrédito e marginalização. Isso ocorre devido à influência do Movimento dos *Annales* que passa a questionar os métodos historiográficos de até então, assim como os objetos de estudo monarquias, guerras, entre outros. Serão anos de ostracismo até que se percebe que o econômico por si só não se explica, assim como o social, tão valorizados pelos annalistas. Os historiadores voltam os olhares para o campo do político. Esse processo seria o que René Rémond denominou Renovação da História Política. Juntamente com essa renovação, que traz novos métodos e objetos de pesquisa, a Imprensa passa a ser indispensável. O impresso revista se individualiza diante das demais formas de impressos periódicos, já que suas informações são bastante amplas e na maioria das vezes tem um público específico, que é o caso da revista *Pindorama*. Esta surge em 1926, editada por integrantes da Brigada Militar, possibilitando-nos compreender como a Instituição era vista por seus integrantes, suas posições político-partidárias, etc. A revista teve um total de 31 edições e circulou por todo o Rio Grande do Sul, assim como teve exemplares distribuídos para os comandos dos demais Estados brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: *Pindorama*; Brigada Militar; político; renovação.

ABSTRACT

During the 20th century the Political History is largely discredited and marginalized. This is due to the influence of the Annales Movement that calls into question the methods of historiography until then, as well as monarchies, wars, among other study subjects. Years will be ostracized until it is realized that economy cannot be explained alone, nor does society, which is so valued by the Annales. The historians look back to the field of politics, and this process would be called Renewal of Policy History by Rene Remond. Along with this renewal, bringing new methods and research objects, the press becomes indispensable. The printed magazine is individualized in the face of other forms of printed journals, since their

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: sigamanda@yahoo.com.br. Este artigo inicialmente foi apresentado no II Seminário de História Política: Olhares além das Práticas, promovido pelo grupo de trabalho de História Política da ANPUH-RS, em Rio Grande, nos dias 16 e 17 de junho de 2011. Após revisão, teve algumas alterações.

information is very broad and often has a specific audience. This is the case of *Pindorama* Magazine, which comes into existence in 1926, edited by members of the Military Brigade, enabling us to understand how the institution was viewed by its members, their partisan political positions, etc. It had a total of 31 editions and circulated across Rio Grande do Sul, and had copies distributed to the commands from other Brazilian states.

KEY-WORDS: *Pindorama*, Military Brigade, political, renewal.

I. RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA

A História Política, após algumas décadas de marginalização e descrédito, teve um retorno com força total, já que ficou evidente que o econômico, assim como o social, por si só não se explicam, aspectos que tanto foram valorizados pelos *annalistas* a partir do momento em que fundam a revista *Annales d'Histoire Économique et Social* em 1928. Esta seria difusora de uma abordagem nova e interdisciplinar da história, assim como uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica e que tinha como preocupação a questão do método no campo das ciências sociais. Seria o início de um movimento que acabaria por renovar a história e seus métodos.

O Movimento dos *Annales*, com sua renovação de paradigmas, trouxe para o campo da história aspectos que até então não tinham sido analisados e também condenou a História Política a anos de marginalização e desconfiança, como descreve Julliard:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõe, é qualitativa e ignora comparação; é narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa aos pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual (JULLIARD, 1988, apud HILÁRIO, 2006, p. 144).

Febvre e Bloch criticaram a história política por esta centrar-se no estudo do Estado e de suas instituições. Porém este não foi o único fator que contribuiu para a crítica; havia também a historiografia positivista, ou, como alguns historiadores denominam a historiografia metódica, que, nas palavras de Hilário, “trouxe uma contribuição importante para o historiador ao discutir a *veracidade das fontes*, assim como apresentar um *método para a história*” (2006, p.143, grifo nosso).

Rémond (2003, p. 13) salienta que há uma história da história e que esta carrega o rastro das transformações da sociedade e, por conseguinte, reflete as grandes oscilações do movimento das idéias, sendo assim as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem:

o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. Existem portanto modas intelectuais ou descobertas cuja sucessão desenha a história da disciplina e a configuração de suas orientações [...] (RÉMOND, 2003, p.13).

Rémond salienta que a história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política, já que suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político (2003, p. 22). O político tem uma consciência própria e dispõe de certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social, não podendo ser assim excluída das diversas análises que se faz da sociedade.

Como observa Rémond, seria “inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos” (2003, p. 14), entretanto há duas ou três décadas surgem os primeiros indícios de um retorno e com o passar do tempo multiplicam-se as manifestações de um retorno que veio com força total. A volta ao estudo da cultura política está profundamente ligada às transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio do campo político e a dinâmica interna da pesquisa histórica. A aproximação da história com as demais ciências, entre elas, a ciência política, a sociologia, a linguística e a psicologia, abriu novos campos de estudos.

Assim como a

pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consciência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social (RÉMOND, 2003, p. 23).

Também podemos observar outros elementos importantes para a renovação da história política (1960-70), que estão relacionados com os estudos das rebeliões políticas e culturais que produziram um tipo de revisão historiográfica, privilegiando estudos sobre movimentos sociais, grupos minoritários e cultura; e nos anos 1980, a substituição da revolução como ação política pela democracia contribuiu para que as atenções voltassem para a história política. Carlos Fico (apud HILÁRIO, 2006, p. 145) afirma que a história política nunca deixou de ser praticada e que no Brasil tem sofrido uma renovação lenta, entretanto há muitos cientistas políticos que têm certa desconfiança e desprezo por aqueles que se definem como historiadores do político.

Jacques Le Goff afirma que a “imagem de uma nova história política, diferente da antiga, deve ser dedicada às estruturas, à análise social, à sociologia e ao estudo do poder” (apud HILÁRIO, 2006, p. 145). A denominada *nova história política* continua a trabalhar com os mesmos temas: partidos, eleições, guerras, biografias; porém há uma nova perspectiva, com novos métodos: uso da opinião pública, mídia, discurso, etc. Sem dúvida a renovação da história política foi bastante estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas.

A história política se empresta das noções e interrogações das outras ciências e foi o contato com a ciência política que a fez se interessar pelos fenômenos sociais que até então passavam despercebidos. Com a ciência política,

Conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado (REMOND, 2003, p. 30).

Com essa renovação, a história política encontrou um meio mais propício que as estruturas monodisciplinares das antigas faculdades em instituições, cuja razão de ser era aproximar especialistas de diversas disciplinas intelectuais. Rémond (op. cit., p. 36) aponta que a história política abraça os grandes números, trabalha na duração, apodera-se dos fenômenos mais globais, procura nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos; a história política descreveu uma verdadeira revolução, esta não é a história excludente que por muito tempo fora renegada.

II. A REVISTA *PINDORAMA*

A revista *Pindorama* teve seu primeiro número lançado em abril de 1926. Apesar de ser de publicação particular, está evidenciado seu caráter de fundo institucional: uma revista da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Foram 31 edições que circularam entre os integrantes da polícia brigadiana de todo o Estado, assim como entre amigos, anunciantes e comandos dos demais Estados brasileiros até outubro de 1928.

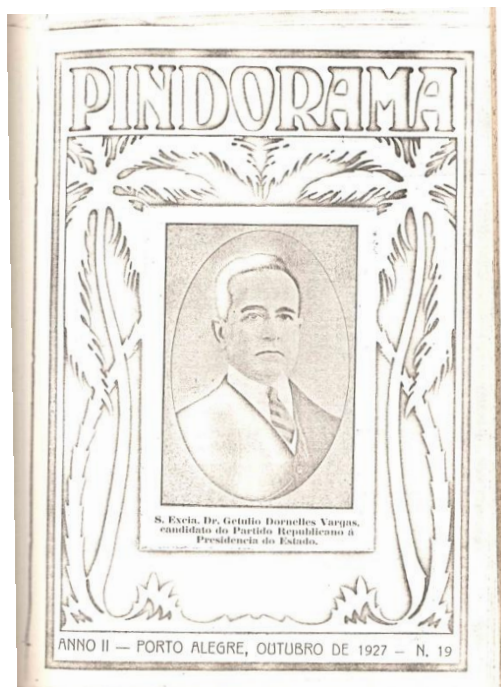
A revista tinha periodicidade mensal, era impressa em folha *off set* 70 gramas, em preto e branco, tendo a capa colorida, que sempre trazia um homenageado. Continha imagens de soldados, de seus familiares, assim como de construções que tinham como fins ser quartéis da Brigada ou repartições desta. Encontramos uma vasta publicidade de medicamentos, assim como de confecções de paramentos militares. A revista tinha como função informar sobre questões militares, assim como proporcionar cultura e diversão, ficando bastante evidente a preocupação com os fatos ocorrentes em todo o país, assim como com os fatos históricos de relevância para os editores da revista, como, por exemplo, a criação do monumento à Mãe Preta:

A iniciativa de criação de um monumento à “Mãe Preta” está encontrando apoio incondicional em quase toda a imprensa brasileira. Essa idéia tem a significação de um preito puramente nacional; parece-me que essa homenagem que se quer prestar tem uma justa significação, não só pelo lado moral, como, também, por ser ela uma gratidão àqueles que tantos serviços prestaram na abolição da escravatura, como por exemplo à José do Patrocínio e tantos outros vultos proeminentes [...] (Trecho retirado da reportagem “Bella iniciativa”, escrita por Mário da Gama. Santa Maria, 4 maio 1926, publicada na edição de jul. 1926).

Muitas são as páginas dedicadas à tradução de romances, como por exemplo, *Entre demônios*, um romance sul-americano de Leopoldo Gheri, traduzido pelo Dr. Manoel de Queiróz Mattoso Ribeiro; assim como poemas de poetas consagrados, como no caso de Olavo Bilac, que se destacou como poeta e como defensor da República ao lado dos militares. Os donos da revista são o Capitão Antero Marcellino da Silva Júnior e o Tenente João Martins de Oliveira. A revista em algumas edições conta com um secretário de redação: Aldo Ladeira Ribeiro (posteriormente ficará conhecido como historiador da Brigada Militar).

A revista sempre faz alusão ao passado glorioso da instituição política que atua ao lado do governo republicano. Algumas edições chegam a homenagear Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Flores

da Cunha e Getúlio Vargas, assim como integrantes da própria Brigada Militar que estão à frente da polícia ou vieram por meio/por causa desta a falecer. A revista informa seus integrantes sobre a atuação da polícia, assim como seu apoio ao governo e às Forças Armadas.



Pindorama de outubro de 1927, trazendo à capa Getúlio Dornelles Vargas, candidato do Partido Republicano à presidência do Estado do Rio Grande do Sul.

Pindorama inclui acontecimentos sociais, crônicas, poemas, fatos curiosos, humor, jogos, etc.; um lauto cardápio que representava querer agradar a diferentes leitores, já que era uma revista e as revistas se consagram no Brasil por trazer variedades. Apesar de ser uma revista de circulação entre determinado meio (Brigada Militar), trazia informações que tinham capacidade de agradar um público maior, assim como as diversas revistas que circulavam no país nesse período.

O debate político não estava diretamente explícito nas matérias da revista, mas a maioria de seus colaboradores, nas matérias que escreviam, acabavam por refletir sobre aspectos políticos, que não

podiam ser deixados de fora, já que a revista fazia parte do meio social existente.

III. IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA

Com o advento do Movimento dos *Annales* e todo o questionamento que este levantou sobre a História Política e posteriormente a sua renovação, novos objetos passam a ser buscados pelos historiadores, entre eles o uso da imprensa como fonte histórica. No Brasil esse processo vai ser mais demorado; “na década de 1970 ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil” (LUCA, apud PINSKY, 2005, p. 111).

Entre os motivos dessa insegurança com relação à imprensa, mais especificamente jornais e revistas, encontramos o peso de certa tradição que exercia certo domínio durante o século XIX, “associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermediário dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante” (LUCA, apud PINSKY, op. cit., p.112).

As desconfianças com essa fonte histórica podem ser analisadas nas palavras de Ana Maria Camargo, que levanta a questão das “armadilhas” que podem se apresentar para o historiador:

A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram tão em evidência e abundância as “confirmações” de suas hipóteses [...] A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa (CAMARGO, apud CERONI, 2009, p. 25).

O grande debate se apegava à questão da imparcialidade desses periódicos, pois estes poderiam ser inadequados para a recuperação do passado por serem produções com registros fragmentados do presente, escritos sob o influxo de interesses, paixões, ideologias, entre os mais diversos sentimentos humanos. Não permitiam “captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA, apud PINSKY, 2005, p. 112).

As desconfianças relativas à imprensa como fonte histórica perduraram até meados da década de 1970. Uma importante contribuição para desmistificar sobre o uso da imprensa e a sua

importância e possibilidades como fonte histórica foi a de José Honório Rodrigues em 1968, na obra intitulada *Teoria da História do Brasil*. Nela o autor defende que o jornal é uma das principais fontes de informação histórica, apesar de argumentar que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial [...] uma mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” estão presentes nos periódicos. (RODRIGUES, apud PINSKY, 2005, p. 116).

O historiador e professor francês Jean Glénisson, autor do manual *Iniciação aos estudos históricos*, inspiração para a criação de cursos de introdução à disciplina histórica em diversas universidades pelo Brasil, afirmava que os procedimentos críticos dos jornais se revestiam de complexidade desanimadora, o que tornava difícil identificar/saber que “influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado pela publicidade e qual a pressão exercida pelo governo na produção das notícias” (MORAES, apud CERONI, 2009, p. 24-24).

Mesmo com tantas desconfianças e questionamentos sobre o uso da imprensa (jornais e revistas), muitos foram os pesquisadores que recorreram aos periódicos como fonte histórica para trabalhos de grande relevância no meio acadêmico e com funções de analisar diversos aspectos da sociedade e da cultura. Podemos salientar Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Stanley Stein, assim como os trabalhos posteriores de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, que descrevem a pouca utilização de jornais e revistas como fontes de pesquisa histórica:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação [...]. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, apud PINSKY, 2005, p. 118).

Também é nesse momento que Nelson Werneck Sodré publica seu trabalho sobre a história da imprensa brasileira até os anos de 1960. Conforme Giovani Costa Ceroni, diante desse novo quadro, em que o estatuto da imprensa na pesquisa histórica se amplia e se qualifica, torna-se quase impossível listar os trabalhos que recorrem à imprensa desde então. Ceroni destaca ainda alguns aspectos

metodológicos importantes na pesquisa em jornais, em um esforço de sistematizar procedimentos e análises que se tornaram muito úteis aos pesquisadores que desenvolvem seus trabalhos a partir dessas fontes.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu fazer uma reflexão sobre a renovação da história política, assim como a inclusão de novos métodos e objetos de pesquisa, como no caso da imprensa escrita, que, como descreve Luca, registra cotidianamente cada lance dos embates na arena do poder. A história política não se explica por si só, entretanto não há como estudar/analisar os indivíduos na sua dimensão total sem se ocupar da cultura política. Mesmo que não se trate dos heróis, dos grandes homens, é preciso compreender este contexto para uma análise global – o econômico e o social estão extremamente ligados com o político.

Houve uma renovação na história política, uma renovação de métodos, e assim é com as diversas correntes históricas, parafraseando Rémond, já que cada época faz determinadas perguntas ao passado, as quais refletem os problemas, as experiências e as perplexidades em que o presente se debate. A riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagens possibilitam ao historiador compreender o contexto da política no país, assim como as influências externas que este sofre.

Ao longo de nossa história, muitos foram os momentos em que a imprensa foi silenciada, assim como sabemos que diversos meios de comunicação se posicionavam politicamente, defendendo um partido, uma causa, etc. Como no caso da revista da Brigada Militar, a *Pindorama*. Apesar de toda a variedade que apresenta, um olhar mais atento e imparcial possibilita que se verifique a posição político-partidária de seus editores, assim como de seus colaboradores.

Lucca nos recorda que jornais e revistas não são, na maioria das vezes, obras solitárias, e sim empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCCA, apud PINSKY, 2005, p. 140). As possibilidades que oferece uma revista como fonte histórica são enormes e possibilitam pesquisas amplas e variadas.

REFERÊNCIAS

- CERONI, Giovani Costa. *A exposição do centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CHIARELI, Clarice Pavan. A imprensa como fonte histórica para o estudo da escola na Primeira República. *Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 1, n. 2, p. 118-137, jul.-dez. 2007.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos de 1980: experiências e horizontes*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2004.
- HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas. História política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 142-153, maio-ago. 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINDORAMA. 1926-1928. Revista mensal.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.
- ZANOTTO, Gizele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. *Biblos*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.